

PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE _____

Processo nº: _____

REQUERENTE: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Profissão: _____ Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____ Endereço Completo: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

ADVOGADO(A): _____

OAB nº: _____

I – DOS FATOS

O requerente encontra-se atualmente preso preventivamente em decorrência da ação penal em epígrafe, conforme auto de prisão em flagrante/mandado de prisão anexo.

A prisão foi decretada com base em supostos indícios que justificariam a custódia cautelar, contudo, não se encontram presentes os requisitos autorizadores previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

O requerente é primário, possui residência fixa, trabalho lícito e vínculos familiares sólidos, não oferecendo risco à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

II – DO DIREITO

Nos termos do artigo 5º, inciso LXVI, da Constituição Federal, "ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança."

O artigo 312 do Código de Processo Penal estabelece os requisitos para a prisão preventiva, quais sejam: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal ou assegurar a aplicação da lei penal.

Nenhum desses requisitos está configurado no presente caso, motivo pelo qual a manutenção da prisão preventiva se revela desnecessária e ilegal.

A liberdade provisória, com ou sem fiança, conforme previsto no artigo 310 do CPP, é medida que melhor se adequa ao caso concreto, garantindo o direito fundamental à liberdade enquanto não transitada em julgado a sentença condenatória.

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. A concessão da liberdade provisória ao requerente, com ou sem a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme previsto no artigo 319 do Código de Processo Penal;
2. Caso Vossa Excelência entenda necessário, que seja arbitrada fiança compatível com as condições econômicas do requerente, nos termos do artigo 323 do CPP;
3. A expedição de alvará de soltura em favor do requerente, caso deferida a liberdade provisória;
4. A intimação do Ministério Público para manifestação sobre o presente pedido;
5. A juntada dos documentos anexos, para comprovação das alegações aqui apresentadas.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____
Local

Advogado(a)
OAB nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/pedido-de-liberdade-provisoria/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.